

CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL: DECÁLOGO DE PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UM CASAMENTO (MAIS) FELIZ

Domingos Santos

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Universidade do Minho, CICS
domingos.santos@ipcb.pt

Resumo

Entender os processos de desenvolvimento local implica identificar a diversidade de situações e potencialidades que se podem associar às iniciativas de raiz local. Neste artigo, argumenta-se que as políticas culturais autárquicas devem revestir um claro figurino territorialista, ou endógeno, porque só assim poderão constituir-se como verdadeiros instrumentos de valorização dos ativos locais e de qualificação das comunidades.

Face a alguns dos mais pertinentes desafios existentes no contexto português de desenvolvimento local, serão enunciados dez princípios orientadores básicos a que uma política cultural municipal, de matriz endógena, precisa de responder eficazmente, bem como as principais características que lhes devem transmitir forma e conteúdo.

Palavras-chave: política cultural municipal, cultura, desenvolvimento local, Portugal

Abstract

To understand the processes of local development involves identifying the diversity of situations and possibilities that can be associated to bottom-up initiatives. In this article, we argue that municipal cultural policies should assume a clear territorial and endogenous dimension because only then could constitute themselves as true instruments of valuation of assets and qualification of the local territories and their communities.

Given some of the most pertinent challenges existing in the Portuguese context of local development, ten guiding indicative principles are outlined in order to better design and implement a municipal cultural policy, as well as their main characteristics in terms of shape and content.

Keywords: municipal cultural policy, culture, local development, Portugal.

1. Introdução

A intervenção no campo cultural a nível municipal é, ainda, uma atividade emergente, com uma significativa dimensão experimentalista, a que, não raras vezes, está associado um défice de reflexão teórica e analítica mais do que metodológica e instrumental. Em Portugal, predomina, aliás, neste sector, uma conceção *obreirista* que significa, na prática, o primórdio da ação sobre a conceptualização, a análise ou o diagnóstico – segundo alguns, interessa é que se faça, se se está a trabalhar com critérios de eficácia e de eficiência isso é, ou tem sido, uma questão menor, uma matéria frequentemente descurada neste campo da intervenção social. Não é de admirar que, nestas circunstâncias, alguns autores, como López de Aguilera (2000), falem da denominada *agrafia do sector cultural*, que se traduz na inexistência de uma produção escrita substantiva e suficientemente significativa sobre a intervenção no sector cultural. Essa produção em Portugal está, ainda, aquém do desejável, produz-se pouco e nem sempre com critérios de qualidade devidamente cuidados.

Neste artigo são indicados dez princípios norteadores que achamos críticos no domínio da intervenção municipal em matéria cultural, cobrindo um vasto espectro de dimensões que, na nossa perspetiva, são decisivos para uma integração mais eficaz da cultura enquanto vetor estruturante e estratégico do desenvolvimento a nível local.

A reflexão segue, aliás, na esteira de propostas similares desenvolvidas por López de Aguilera (2000) e Picart (2004), a propósito da realidade espanhola que, em larga medida, apresenta um conjunto de condicionalismos que se aproximam dos contextos e desafios existentes a nível local no nosso país.

2. Cultura e desenvolvimento local – contexto e desafios

O papel da cultura no desenvolvimento dos diferentes territórios é, atualmente, amplamente reconhecido, mesmo se essa preocupação não encontra tradução estruturada efetiva no quadro das políticas públicas. A atenção é, geralmente, focalizada sobre os impactos, diretos e indiretos, na formação de públicos para a programação cultural que é promovida, na valorização do património, na dinamização da economia local, na promoção do turismo.

A cultura, todavia, de um modo geral, ocupa ainda, por um lado, uma dimensão periférica na definição das políticas municipais de desenvolvimento e, por outro lado, frequentemente, é o resultado de intervenções casuísticas a que falta o devido enquadramento estratégico. Torna-se,

atualmente, imperativo dotar de maior centralidade o papel que a cultura pode deter na formulação de políticas locais de desenvolvimento. As mudanças de paradigma no desenvolvimento económico e social, integrando crescentemente novas dimensões culturais e criativas, têm contribuído para alimentar a construção de uma visão alargada de cultura onde se encontram diferentes características partilhadas por uma determinada comunidade – modos de vida, sistemas de valores, tradições e modelos de consumo – em processos onde o conhecimento desempenha um papel decisivo na respetiva articulação.

As iniciativas e projetos de cariz cultural, devidamente assentes em lógicas de valor acrescentado e em características diferenciadoras, funcionam como um elemento útil e pró-ativo, não só de prestação de serviços à comunidade, como também, de qualificação e capacitação dos cidadãos tomados individualmente e das populações num quadro específico de favorecimento da coesão social e territorial – é este o cerne da intervenção da dimensão cultural enquanto instrumento colocado ao serviço de lógicas de desenvolvimento integrado e sustentado. A sua efetivação assenta, largamente no tríptico objetivo de configurar-se como (1) um meio de reforço da cidadania, (2) uma alavanca da coesão social e territorial e (3) como fator estratégico de afirmação competitiva, gerador de emprego e de riqueza.

O desenvolvimento territorialista ou endógeno deve compaginar a moldura de ação privilegiada, no âmbito de um modelo de intervenção cultural de promoção de cidadania. A capacidade de gerar dinâmicas sociais qualificantes a partir de ativos artísticos, culturais e patrimoniais pressupõe a mobilização das energias comunitárias, bem como uma forma de organização transversal estabelecendo redes de relações. É este o quadro argumentativo onde nos movemos: a cultura enquanto ativo ao serviço de lógicas ascendentes ou endógenas de desenvolvimento local (Grefe, 2002; Vázquez Barquero, 2007; Santos, 2009). O grande objetivo estratégico de atuação deve ser o da atenuação das distâncias entre criação e receção, tornando, simultaneamente, as comunidades mais autocentradas nos seus valores e crenças mas abertas ao mundo e às dinâmicas de mudança da contemporaneidade.

3. Princípios orientadores da intervenção municipal em matéria cultural

O decálogo de princípios norteadores da intervenção autárquica que a seguir são enunciados resulta de uma leitura pessoal dos desafios com que, atualmente, os municípios portugueses são confrontados. A sua listagem não obedece a critérios de prioridade, nem esgota o leque de possibilidades de linhas estratégicas de ação municipal na área cultural.

3.1. Assumir a cultura como pilar central nas estratégias de desenvolvimento local

Se há setor que tem ocupado um papel menor nas políticas de desenvolvimento local em Portugal, esse setor é o da cultura. Basta analisar os orçamentos e planos de atividades das autarquias locais para perceber que é ainda muito reduzido o papel que lhe é atribuído. E, muito interessante e elucidativo: nos organigramas camarários, geralmente a vereação do pelouro da cultura engloba também a educação e o desporto, mas a fatia do envelope financeiro atribuído às atividades culturais, quase invariavelmente, é a menor, por vezes, ridiculamente pequena (Neves, 2005).

Habitados a cuidar da gestão dos espaços públicos e da provisão das infraestruturas e dos equipamentos, a larga maioria dos municípios portugueses ainda não se apercebeu do papel que a cultura pode assumir nas políticas de desenvolvimento local quer como veículo de qualificação dos cidadãos e das instituições, quer enquanto instrumento de renovação das fontes de atratividade locais que, atualmente, face à globalização e à sociedade do conhecimento, implicam significativas alterações na forma e no conteúdo do desenvolvimento local (Batalha, 1997; Azevedo, 2004; Santos Silva, 2007).

Nesta matéria, ao nível do poder local, forçoso é romper com as velhas lógicas instaladas que tendem a conceber o desenvolvimento segundo uma visão *etapista*: primeiro há que atender às necessidades infraestruturais básicas, depois às questões relacionadas com a educação e a saúde, remetendo, na prática, para as *calendas gregas*, as políticas na área cultural. Não é fácil fazê-lo, desde logo porque há grupos de interesse que aproveitam essa cristalização em torno desse paradigma de não-desenvolvimento.

As políticas autárquicas devem assumir um crescente e efetivo compromisso com a cultura enquanto vetor estratégico de desenvolvimento sustentável (Santos Silva, 2003). A cultura, entendida em sentido amplo, tem que passar a ocupar um lugar central na agenda política local e servir de veículo para, enquanto fator de diferenciação e de afirmação identitária das comunidades locais, qualificar as comunidades e os territórios locais.

3.2. Inscrever a cultura numa lógica de desenvolvimento local

O desenvolvimento local e regional, distintamente da visão funcionalista que o assimilava ao conceito de crescimento económico, deve ser integrado e sustentável, centrado no território e na respetiva comunidade. De igual modo, um projeto de intervenção cultural deve servir-se dessa abordagem intersectorial para criar laços de complementaridade e sinergia que possam servir os propósitos do desenvolvimento sustentável.

Os planos de intervenção no setor cultural devem constituir-se como instrumentos colocados ao serviço do desenvolvimento local. O pior que pode acontecer na formulação dos projetos culturais, tanto quanto nos projetos orientados para outras atividades, é o seu autofechamento em torno de lógicas exclusivas do próprio setor. Um projeto vertical ao invés de um projeto ramificado sectorial e territorialmente. O desejável é o projeto assumir um cariz transversal que potencie e irrigue outros setores, que abra a porta para fertilizações intersectoriais, caminhando no sentido de iniciativas com um carácter cada vez mais integrado e integrador.

Os projetos culturais devem, assim, participar da estruturação do território que servem, estabelecendo pontes com outras áreas de ação, como a educação, o desporto, o turismo, a saúde, o emprego, entre outras. A sua projeção conceptual e metodológica deve abandonar a estreiteza das intervenções mais tradicionais e verticais centradas exclusivamente no sector cultural para, pelo contrário, assumir um âmbito mais transversal, focalizado nas exigências e nas oportunidades dessa comunidade e desse espaço geográfico concreto (OCDE, 2005).

O projeto visa reforçar a oferta cultural existente no seio desse território? O projeto direciona-se para fazer emergir ou reforçar a identidade territorial? O projeto pretende mobilizar os atores locais da cultura para, assim, criar uma dinâmica de desenvolvimento centrada num tema federador? O projeto quer-se constituir como um veículo de marketing territorial e de reforço da atratividade turística? Enfim, qualquer que seja o objetivo central do projeto, o essencial é que ele não deixe de cumprir uma lógica de serviço e de enriquecimento da comunidade local.

É fundamental que se perceba que os bens culturais (e naturais) devem integrar-se no planeamento do desenvolvimento económico e territorial, e constituir um motor de *empowerment* e de criação quer de capital social (Putnam, 1995), quer de riqueza e de postos de trabalho (Boisier e Canzanelli, 2008). Um desenvolvimento em que se perceba o território como espaço de socialização e de identificação que transcenda a geografia ou a paisagem, e em que as comunidades locais sejam o ponto cardeal de referência para a auto-organização e a participação social.

3.3. Traçar o diagnóstico: identificar os desafios

É fundamental dotar de maior racionalidade e saber estruturado a ação no setor cultural ao nível municipal – no fundo, trata-se de imprimir a esta esfera da atividade uma lógica de planeamento estratégico. Um dos grandes equívocos do ato de projetar e planear nos diversos sectores de atividade prende-se com o preconceito de que os diagnósticos são por demais conhecidos de todos os agentes interessados, pelo que, o que se defende frequentemente, é uma atitude *obreirista*. Interessa é passar à ação e não cair em delongas associadas à elaboração de estudos de diagnóstico.

Em Portugal, por exemplo, são raríssimos os municípios, ou outras entidades públicas ou privadas, que desenvolvem projetos culturais alicerçados em estudos de diagnóstico sérios e aprofundados. Prevalece um sentimento entre os agentes do setor de que todos já perceberam os defeitos e as virtudes do setor, partilham os mesmos quadros de diagnóstico e, portanto, este é um passo metodológico que pode perfeitamente ser ultrapassado com vantagens de tempo e de custo. Nada mais errado! Como lembra um provérbio grego, “o início é metade de todas as ações!”. Por outras palavras, um mau começo pode deitar tudo a perder neste processo de planeamento. É muito importante que os autarcas percebam as virtualidades dos processos de planeamento estratégico participativos, enquanto meios imprescindíveis para dotar de coerência externa e interna as suas ações.

O diagnóstico é uma fase essencial de qualquer projeto que precisa de ser percorrida com seriedade e com profissionalismo – não uma mera formalidade processual que apenas precisa de ser elaborada porque, por exemplo, a candidatura a um determinado programa de financiamento a tal obriga. Convirá, sobretudo, partir para esta etapa com a humildade de que não se tem as respostas antes de formular as questões. Isso requer abertura de espírito e capacidade para reunir e aplicar instrumentos metodológicos adequados a cada situação (Cerezuela, 2007).

Um dos aspetos críticos a que convirá dar a devida atenção é evitar traçar um quadro de diagnóstico centrado apenas, ou quase exclusivamente, nas debilidades do sector em determinado território ou instituição que esteja a ser estudada. Por mais escassas que sejam,

convém salientar as potencialidades detetadas, quer seja pela existência de um ou outro agente mais dinâmico que poderá vir a desenvolver um papel mais relevante, quer seja pela deteção de conhecimentos específicos que podem ser colocados ao serviço de uma determinada estratégia de desenvolvimento do setor. Parece fundamental caracterizar o setor de maneira ampla mas simultaneamente sintética e rigorosa – ninguém, atualmente, muito menos muitos dos decisores políticos, lê estudos muito extensos e fastidiosos. Isso quer significar que se deve optar pela realização daquilo que na gíria se denomina de *diagnóstico estratégico*, um documento que seja norteado pelo critério de focar o que é importante, estabelecendo bem a fronteira entre o essencial e o acessório.

O importante nestas matérias é evitar a chamada *síndrome de Calimero*, aquele personagem dos desenhos animados que passa a vida a lamentar-se porque a vida sempre lhe corre mal. Se orientarmos os nossos instrumentos de diagnóstico apenas para detetar debilidades e bloqueios, estamos, por certo, a incorrer nesse perigo que importa, desde esta fase, evitar a todo o custo. Isso tornaria, por certo, o estudo de diagnóstico uma peça deprimente, ineficaz e cerceadora do imenso potencial de desenvolvimento que o projeto deve conter. Nesse sentido, é verdadeiramente essencial que os estudos de diagnóstico consigam, mais do que descrever a *fotografia* da situação de partida, mostrar ao decisor e ao leitor quais são as relações de causa-efeito que justificam determinada característica encontrada. Mais do que identificar uma ou outra característica importa apontar as razões que subjazem a esse fenómeno. Em grande medida, na minha perspetiva, esse é o ponto que distingue verdadeiramente um bom diagnóstico de um diagnóstico apenas sofrível.

Nesta matéria, é muito importante que os membros da equipa de projeto detenham competências suficientes para distinguir os sintomas da doença. Quando se trata de relações causa-efeito é fundamental proceder a essa distinção. A doença existe muito antes dos sintomas. Os sintomas não são a doença, mas podem muito bem constituir o ponto de partida da cura.

3.4. Trabalhar com base numa conceção ampla de cultura

Este é um princípio basilar do trabalho em cultura e na relação desta com as lógicas de desenvolvimento local. Não cabe aqui o debate acerca da natureza destas atividades culturais e de como podemos definir com precisão as suas difusas fronteiras. Como base de trabalho, e tendo em conta os crescentes cruzamentos entre as diferentes formas da atividade cultural, convirá partir de uma conceção ampla de atividades culturais, incluindo todas as formas relacionadas com aquilo que é tradicionalmente associado à arte e à cultura popular, tentando evitar distinções dicotómicas e simplificadoras, como aquelas que tradicionalmente distinguem entre alta cultura e cultura de massas, entre arte e indústria, entre atividades performativas ou de apresentação única e produtos reproduzíveis, entre mercantilização ou não da sua produção e consumo, entre provisão pública ou pelo mercado. Este alargamento da noção de cultura é absolutamente vital no processo de planeamento estratégico, permitindo uma mais ampla e diversificada base de trabalho.

Parecem-nos particularmente relevantes não só os movimentos de dessacralização da cultura, com o desenvolvimento e legitimação simbólica das mais diversas formas de cultura popular, como igualmente a crescente diversidade de subculturas, associada à pluralidade e segmentação das identidades e à desierarquização das práticas culturais recetivas. Importa ligar ao passado, aos diferentes formatos de cultura e património material e imaterial, ao legado histórico-cultural, mas, de igual modo, às fileiras emergentes das chamadas indústrias criativas – é esta constelação de atividades culturais (Costa, 1998), particularmente rica e diversificada, ligando passado, presente e futuro, que nos parece uma clara mais-valia do ponto de vista do planeamento estratégico do desenvolvimento local.

Criar fronteiras artificiais e muros maniqueístas que impedem uma visão integradora de todo o conjunto que percorre o arco criação-difusão-consumo parece particularmente redutor e limitativo da ação municipal nesta área. Todo este cabaz, se bem compreendido e integrado, consubstancia um ativo único da maior relevância numa lógica de promoção do desenvolvimento local endógeno ou territorialista - o que implica explorar novos modos de organização associados à identificação e à preservação dos recursos territoriais culturais, fomentando projetos originais, inovadores e mesmo com uma dimensão experimental.

3.5. Servir objetivos de fomento da democracia cultura

O modelo de desenvolvimento territorialista faz da preservação e da valorização dos seus recursos endógenos a grande finalidade das dinâmicas económico-sociais. Mais do que importadores passivos de cultura, os territórios e as suas comunidades reposicionam-se como

protagonistas de toda a dinâmica cultural, colocando toda a herança patrimonial e as novas indústrias da cultura ao serviço do reforço das dinâmicas de animação local, numa perspetiva de inclusão social e de reforço da coesão comunitária. Um projeto cultural tem de constituir-se como veículo privilegiado de fomento de universos onde seja fundamental a afirmação de uma estética da criação ou da produção, com vista ao surgimento de território, por excelência, de democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009). Mais do que conquistar públicos para a cultura, pretende-se antes, como sugere Santos (2003: 92), a *coprodução de sentidos de inclusão social*.

No fundo, o objetivo deve passar por, como sublinham Pinto e Portugal (2001), alargar o círculo dos intervenientes culturais nas dinâmicas culturais, não tanto através do estímulo à receção/consumo das obras da cultura instituída (característica das mediações visando o alargamento de públicos), mas, sobretudo, por intermédio da criação de condições para dar visibilidade a disposições e operadores estéticos autónomos de cidadãos comuns.

Trata-se de fazer da democratização cultural o ponto de partida e o meio por excelência de alcançar um modelo mais enquadrado pelas lógicas da democracia cultural. Em boa verdade a intervenção no setor cultural será muito redutora se perspetivada em torno do triângulo aumentar o número de públicos, criar novos públicos e fidelizar públicos (Azevedo, 2004; Santos Silva, 2007; Telmo Gomes e Lourenço, 2009).

Nesse sentido, não se renegando, de modo algum, a abertura ao mundo e uma sensata aposta na receção de eventos culturais externos, o grande desafio vai, todavia, no quadro de uma verdadeira lógica de animação cultural comunitária, para a priorização dada às estratégias e iniciativas que assentem no fomento das estéticas de produção, elevando, assim, as comunidades do patamar de meras recetoras à condição de criadoras de bens e serviços culturais que lhes são exclusivos e particulares. Tudo isso com lógicas próprias e específicas de cada território, procurando que, através de um trabalho de animação das comunidades, das associações, dos cidadãos, se trilhe antes um caminho de afirmação de valores identitários locais e de criação de autoestima por referência ao seu passado e ao seu projeto de futuro. As comunidades locais e regionais passam de espectadoras de desenvolvimento a verdadeiras protagonistas do seu devir, dos seus caminhos de futuro, das suas diversidades e do seu desenvolvimento. É este, claramente, o domínio da democracia cultural (Teixeira Lopes, 2009). Assente numa lógica territorialista de desenvolvimento, este modelo recusa que os territórios, as comunidades locais e os cidadãos fiquem reféns de políticas e estímulos culturais que lhes são veiculados por estratégias institucionais e/ou industriais. O grande repto passa por valorizar os ativos culturais locais, por pouco auspiciosos que possam parecer, trabalhando num quadro de participação ativa e de profundo envolvimento das populações locais. E garantir um justo mas sempre difícil equilíbrio entre a oferta de programação e a dinâmica de animação.

3.6. Servir os propósitos de reforço competitivo da base económica local

Sem enveredar por uma mera lógica mercantil dissociada dos objetivos de desenvolvimento local e regional, a cultura é, como sublinhámos, também ela entendida como um recurso que pode, e deve, ser colocada ao serviço da polarização de investimento, da geração de iniciativas económico-empresariais e, bem assim, da criação de emprego. A ligação entre a economia e a cultura foi durante muito tempo encarada como se os interesses económicos e a criação cultural e artística fossem, pura e simplesmente, antinómicos e incompatíveis, onde a produção e/ou comercialização da arte e dos bens culturais eram deixadas à esfera do mercado, e as artes e a cultura, em si, eram encaradas como pertencendo à jurisdição da sociedade e do Estado – esta é, hoje, uma visão que, por simplista e redutora, se encontra definitivamente ultrapassada.

São, atualmente, cada vez mais reconhecidos os efeitos positivos das estratégias de desenvolvimento local assentes na promoção dos valores culturais. Efeitos que podem ser diretos, indiretos ou induzidos sobre o valor acrescentado, o investimento, o emprego e, mais importante ainda, cumulativamente sobre toda a dinâmica socioeconómica local (Florida, 2004; OCDE, 2005). A abordagem metodológica que parece mais ajustada é alicerçada pela referência a um sistema dinâmico, evolutivo e interativo, onde as atividades elementares se estruturam através de múltiplos processos que se ancoram no passado (através de ações de preservação da memória e de conservação do património), se enriquecem no presente (através de iniciativas e atividades inovadoras e criativas) e se projetam no futuro (através da geração de novos padrões de modernidade, singulares e cosmopolitas). A cultura vive e morre com o seu território. É tempo de perceber que todos estes territórios precisam de ir ao encontro do mundo e não esperar que o mundo venha ao seu encontro, o que implica explorar novos modos de organização associados à identificação e à preservação dos recursos territoriais culturais e gizando novas fileiras económicas.

Este é um grande desafio para os territórios, nomeadamente os de baixa densidade: organizar-se como territórios ativos, serem capazes de ir (re)criando recursos específicos e intransferíveis, mediante um perfil de inovação em que os produtos e as técnicas, gradativamente diferenciados e melhorados, assentem na paisagem, na cultura e no saber-fazer historicamente constituído à escala local. É fazer da especificidade local o critério fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos ao prestígio de um determinado território ou de um espaço natural (Santos, 2011). Domínios importantes a explorar nestes territórios são as chamadas novas jazidas de emprego que poderão a vir a ter uma importância decisiva no desenvolvimento, como, a título meramente exemplificativo, os empregos culturais, o turismo rural e de natureza, os serviços pessoais, etc. Cremos que o ambiente, os recursos naturais, o património e a paisagem constituem recursos do território que interessa valorizar numa tripla perspetiva: de salvaguarda do património natural, de preservação de fatores identitários regionais e de mobilização de elementos em que se podem apoiar novas atividades geradoras de emprego e riqueza. Trata-se, no fundo, de proceder a uma releitura da noção de património, acrescentar-lhe valor e colocá-lo ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento local (Santos, 2009).

É necessário identificar e caracterizar as características de desenvolvimento baseadas na identidade dos diferentes espaços, na sua história, nos seus recursos materiais e imateriais, no seu potencial artístico e criativo. É neste sentido que os processos endógenos de desenvolvimento podem adquirir especial significado e coerência, permitindo que as economias locais e regionais cresçam com base no potencial de desenvolvimento aí existente. Trata-se de criar mecanismos de inserção dos produtos e bens culturais na economia, esbatendo a relação dicotómica cultura-economia, colocar os produtos e serviços culturais ao serviço da economia local, mas evitando, ou menorizando, o predomínio de lógicas mercantilistas desenquadradas da finalidade estratégica de qualificação do território.

3.7. Equilibrar a aposta na herança do passado e na criação contemporânea

Um dos pontos que deve merecer uma redobrada atenção é procura incessante de um justo equilíbrio entre a aposta estratégica centrada no legado histórico-cultural, quer tangível quer intangível, e a aposta nos diferentes figurinos de criação contemporânea. Trata-se, por um lado, de evitar a todo o custo, derivas patrimonialistas excessivas e, por outro, de proceder a uma releitura e uma dessacralização da noção de cultura. São, de algum modo, tensões, que há que saber gerir em contínuo, entre um localismo cultural e uma conceção mais universalista de cultura – algo que, cada vez faz menos sentido. Como lembrava Miguel Torga, “o universal é o local sem paredes”. Uma política cultural contemporânea deve conter nela própria uma sede de contemporâneo e deve criar os mecanismos e os dispositivos que facilitem essa revelação, não esperando que a criação surja por geração espontânea.

A ligação entre património, herança, memória e criação é um *continuum* indissolúvel, é absolutamente destituído de sentido desenvolver estratégias municipais na área cultural que não contemplem, de forma razoável e equitativa, estas duas vertentes da equação cultural. Caso contrário, enveredar-se-á por um caminho conducente ao aparente confronto entre um passado cego e um futurismo bacoco. Devem corporizar, em termos de formulação de política cultural municipal, apostas estratégicas gémeas, tão grande é a sua inter-relação a favor do desenvolvimento integrado das comunidades locais.

Sabemos, contudo, que é absolutamente fundamental combater a ideia instalada e prevalecente de que as atividades culturais, assentando no lastro do património e na herança histórica, estão meramente voltadas para o passado e não se projetam nem são criadoras de futuro. A generalidade dos concelhos portugueses, sobretudo em áreas periféricas e rurais, enfrenta, atualmente, um cenário tendencial de progressivo esvaziamento e desaparecimento, algo que já está a ocorrer há décadas, como o demonstram as estatísticas demográficas. Esse progressivo esvair do mundo rural carrega consigo o peso de uma perda – a da nossa memória identitária mais próxima e primeira, plasmada no legado cultural, social, simbólico e ambiental que permitiu que nos fizéssemos como somos, e não de outro modo. Não é fácil inverter esta tendência estrutural, este círculo vicioso que, progressivamente, vai tornando cada vez mais colossal, quase utópico, o desafio de reinventar novas formas de criação que permitam conservar e revivificar o património cultural. Isso, porém, não significa que seja admissível qualquer forma de separação entre a necessária proteção, estudo e fruição do património cultural e o igualmente necessário apoio à criação contemporânea.

3.8. Promover as parcerias locais e focalizar-se nos cidadãos

Um dos principais eixos condutores dos projetos de intervenção na área cultural passa pela mobilização alargada da rede de atores institucionais e empresariais locais. Esse é um vetor a que convirá atender desde que se começa a desenhar o projeto, não já numa fase ulterior, porventura terminal, por meras razões burocrático-administrativas – porque, por exemplo, o projeto para ser financiado no âmbito de determinado programa nacional ou comunitário obriga a que esse requisito, de auscultação ou de constituição da parceria local, esteja preenchido.

Não se trata, portanto, de um passo *pro forma*, do preenchimento de um ritual meramente procedimental mas, antes, de um meio de enriquecer o projeto, buscando na articulação de complementaridades em rede (*networking*) vantagens de escala, de diversidade e de alcance. Ancorado no território, a ação cultural deve assentar nas especificidades locais e na promoção da identidade comunitária. Essa deve ser a bússola condutora de toda a intervenção projetual, o que implica que o projeto resulte da mobilização atempada de vontades e da iniciativa dos diferentes atores locais. O projeto, como instrumento de planeamento do desenvolvimento local, realiza-se, por isso, com, e pelos, atores locais e não somente para os referidos atores locais – o que faz, bem entendido, toda a diferença. Doutro modo, corre-se o risco de não passar de um conjunto de ideias bem-intencionadas mas a que falta o necessário suporte e força motriz para levar a efeito com um mínimo de garantia de sucesso. É a única forma de lhe comunicar legitimação social, caso contrário será sempre vistos como um projeto cultural da autarquia ou, pior ainda, do presidente da câmara. E, quando assim é, e há, infelizmente, alguns casos conhecidos, acabam sempre no mofo de uma gaveta.

Nesta matéria, de trabalho de equipa, de construção conjunta e corresponsável, em que, em Portugal não há tradição, convirá que a entidade líder tenha perfeita noção que, embora lhe esteja cometida a tarefa de coordenação e de *pivotagem* do processo, deverá, contudo, manifestar largueza de visão para que os diferentes *stakeholders* envolvidos tenham oportunidade de emitir a sua opinião, de ver os seus pontos de vista valorizados no projeto, permitindo, no fundo, enriquecer a iniciativa no seu todo, sem, no entanto, a desvirtuar ou tornar incoerente.

A implicação formal e/ou informal do conjunto de atores da rede é um fator decisivo para o sucesso da iniciativa. O grande desafio é tornar de posse coletiva um projeto que é de todos e a todos cabe pelo menos parte da responsabilidade da sua formulação e execução. O pior que pode suceder a um projeto emanado de uma parceria é ele tornar-se propriedade ou couto de um ou outro ator, colhendo indiferença ou mesmo rejeição por parte de todos os outros membros da rede. Convém, neste sentido, evitar voluntarismos excessivos das autarquias que acabam por engendra, frequentemente, fenómenos de municipalização da ação cultural na comunidade, com isso abafando outras forças vivas e energias locais. Fundamental, nesta matéria, é (re)ativar o tecido associativo cultural de base local que, hoje, por vicissitudes várias se encontra moribundo, mas constitui ainda um capital muito valioso que é necessário repensar e dotar de novos desafios ajustados aos tempos. Provavelmente, é tempo de implementar orçamentos participativos na esfera cultural.

Se isso for conseguido, ultrapassando as inevitáveis fricções por diferença de objetivos e opiniões, desdramatizando eventuais tensões existentes, este torna-se um processo riquíssimo de aprendizagem coletiva. Todos os atores ficarão mais capacitados para assumir futuros desafios em conjunto, cria-se uma base mais sólida, por certo, para sustentar novas ações e projetos conjuntos. No fundo, é toda a comunidade que fica a ganhar com estas dinâmicas em que uma intervenção de natureza projetual serve os designios abrangentes da comunidade de atores locais e fomenta novas mediações culturais.

A intervenção na paisagem cultural local está, pois, dependente da capacidade de estimulação, angariação e mobilização dos atores institucionais e empresariais localmente existentes. Fundamental, como já se deixou antever, é a capacidade de estabelecer pontes para a construção de projetos culturais com uma sólida ancoragem social e territorial (Santos, 2011).

3.9. Ser fator gerador de coesão social e territorial

A cultura exerce inequivocamente efeitos diretos e indiretos sobre cidadãos. Constitui, desde logo, um motivo de orgulho, de identificação positiva, quer os seus habitantes participem ou não das ações, das manifestações culturais ou das instituições do sector. O dinamismo cultural é um dos motores da atividade global social e territorial desses espaços e conflui para a dinâmica geral que tipifica essas comunidades.

Quanto mais internalizado pela comunidade é um determinado projeto, quanto mais vivenciado ele é, mais ele contribui para o bem-estar coletivo e a autoestima da população. Doutro modo, corre o risco de estar tão à margem, ser tão lateral ao sentir e ao devir dessa comunidade que,

eventualmente, poderá ser percebido como um corpo estranho. Não raras vezes, atividades culturais nascentes acabam, com o tempo, se devidamente conduzidas e acarinhadas, por gerarem fenômenos graduais de absorção pelas comunidades locais. Essa apropriação é o aspecto mais elucidativo da capacidade de fertilização das comunidades locais com projetos culturais. Esse fenômeno de apropriação, em boa verdade, deve constituir um dos grandes objetivos de qualquer projeto de intervenção cultural, doutro modo ele permanecerá exógeno às dinâmicas sociais de base local e regional e, portanto, excêntrico e externo, não pertencente à comunidade.

No essencial, percebe-se, sob o ponto de vista do impacto dos projetos culturais nas dinâmicas locais, que a cultura desempenha funções sociais que são mais importantes para a vitalidade comunitária de que o projeto propriamente dito, seja diretamente sobre os cidadãos, seja, por exemplo, em termos de imagem e de marketing da localidade ou região. Essa apropriação, que decorre, frequentemente, de um crescendo de participação dos diferentes segmentos populacionais, ajuda a promover a capacidade de troca de ideias e fertiliza a base social local, abrindo-a a novos estímulos, renovando-a face a novas tendências, integrando-a em redes mais ou menos informais, dotando-a, enfim, de uma crescente aptidão para captar conhecimentos e recriar saberes.

Nessa perspectiva, há que ter todo o cuidado em não desenhar planos de intervenção na área cultural fechados sobre si próprios, alheios aos diferentes segmentos populacionais locais e às suas necessidades culturais, já existentes ou meramente latentes. Infelizmente, não tão raramente quanto isso, ainda se veem implementar e desenvolver projetos incapazes de atender a estes objetivos. Neste caso, as comunidades são meras hospedeiras passivas de iniciativas que tanto poderiam decorrer nesses territórios como noutros, de forma praticamente indiferente. É preciso lembrar sempre que os projetos culturais devem estar orientados para a transformação da realidade social e a melhoria da qualidade de vida das populações. Se o projeto se conseguir posicionar como veículo do reforço do tecido social local, então esse projeto alcançou o objetivo primeiro que deve nortear as intervenções nesta área de atividade. Convirá, em boa verdade, combater, em paralelo, eventuais excessos atinentes a abordagens de pendor mais populista e elitista.

Definir e implementar estratégias culturais inclusivas, garantindo níveis ajustados de coesão social e territorial, sabendo que não há público mas públicos e que consegue atender a toda a comunidade local, assegurando a cultura como um direito de todos os cidadãos, deve ser um dos principais eixos condutores da ação municipal nesta área.

3.10. Fugir do efeito moda e dos mimetismos

Abundam exemplos de fenômenos de autarquias que, sem estudos de suporte e de apoio à decisão, enveredam: ora por ações *de bandeira* (festivais musicais de Verão, por exemplo) que, buscando o prestígio e o mediatismo de curto-prazo, se revelam, não raramente, efémeras, inconsequentes e, quantas vezes, destituídas de sentido estratégico; ora por, não resistindo a fenômenos e comportamentos de emulação e cópia, intervenções que mais não fazem do que repetir iniciativas levadas a cabo *ad nauseam* por outros municípios (feiras medievais, por exemplo). Abundam os casos em que decisores autárquicos mais incautos ficam reféns de gabinetes de consultoria que lhes impingem os mais variados projetos, quase sempre sem uma lógica que se preste a objetivos de desenvolvimento local.

Não se trata tanto de programar ou gerir, mas antes de animar, uma tarefa que impõe um trabalho de terreno exigente, no sentido de ir criando microdinâmicas associativas, empresariais, comunitárias e individuais que possam dar azo a projetos culturais assentes na preservação, na valorização e na divulgação dos valores culturais intrínsecos a cada uma dos territórios. Não renega o Estado nem o mercado mas esse não é, claramente, o seu foco – é antes o cidadão, é para ele, por ele e com ele que constrói o edifício da sua atividade profissional.

Daí que, mais do que procurar soluções fáceis de curto-prazo, tipo chave-na-mão, se torne imperioso entender que este é um domínio, por excelência, de valorização sobretudo do estrutural em detrimento do conjuntural, da paulatina alteração de dinâmicas sociais no campo da cultura e de qualificação das comunidades e territórios. Trata-se de refutar a aposta na cultura somente enquanto espetáculo, mera diversão insípida e vazia de conteúdos - o enfoque, nesses casos, não é colocado no cidadão mas antes está centrado no consumidor. Se é importante cuidar da imagem externa convém não esquecer nunca as realidades internas – dito doutro modo, privilegiar mais a substância do que a forma!

Este modelo de cultura de cidadania requer, naturalmente, uma forte capacidade de organização das comunidades e dos poderes públicos locais. Como assenta na procura e afirmação dos valores endógenos, é óbvio que remete para a necessidade das autarquias locais assumirem um

figurino de intervenção na área cultural que valorize esta ativação das forças locais. A ideia base é a da capacidade para se utilizarem todos os meios e capacidades humanas e materiais para se satisfazerem as necessidades culturais locais. Se quisermos ser realistas cabe-lhe um papel fundamental de perceber a importância de interligação do trabalho de democratização da cultura e da democracia cultural.

4. Conclusão

São as comunidades locais que, organizadamente, definem e decidem quais as suas prioridades em matéria cultural – que tipos de intervenção pretendem realizar? Mais direcionadas para a preservação e valorização do património? Mais incentivadoras das atividades criativas e artísticas locais? Mais orientadas para a promoção dos diferentes figurinos de associativismo local? Predominantemente impulsionadoras da sua afirmação identitária?

O risco, nesta matéria, é justamente o de algumas autarquias, por miopia estratégica, adulterarem estas intervenções desejáveis, que suscitem, sobretudo, um papel *pivot* e regulador do Estado local, criando, em vez disso, um quadro de municipalização da intervenção cultural, de quase monopólio, com isso, abafando as forças e energias que é preciso conseguir despoletar.

Se isso acontecesse, como, de algum modo, por incapacidade de visão estratégica, tem vindo a ocorrer em alguns casos, estar-se-ia a reproduzir, desta vez a nível local, uma lógica de intervenção estatizante. O papel da cultura é o de, justamente, instigar o cidadão a realizar sua cidadania e participar ativamente da dinâmica do seu território. Para se estabelecer um trabalho mais sistemático e abrangente, é preciso definir uma política municipal de cultura articulada com o desenvolvimento local.

Bibliografia

- AZEVEDO, Natália. Políticas Culturais na Área Metropolitana do Porto. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia. *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga: Universidade do Minho, 12-15 de Maio, 2004.
- BATALHA, Maria Leonor Franco. *A Cultura como Factor de Desenvolvimento Rural. O Papel das Autarquias Municipais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1997.
- BOISIER, S. e CANZANELLI, G. Local Economic Development and Globalization, *Universitas Forum*, 2008, vol.1, 1, p.1-13.
- CEREZUELA, David. *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*. Barcelona: Ariel.2007.
- COSTA, P. A fileira das actividades culturais e a economia urbana. Comunicação apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia Económica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4-6 de Março de 1998.
- FLORIDA, R. *The Rise of the Creative Class and how it is Transforming Work*. Chicago: The University of Chicago Press. 2004.
- GREFFE, Xavier. *Le Développement Local*. Paris: Éditions de l'Aube.2002.
- LÓPEZ DE AGUILETA, Iñaki. *Cultura y Ciudad. Manual de Política Cultural Municipal*. Gijón: Ediciones Trea. 2000.
- NEVES, José Soares. *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. 2005.
- OCDE. *Culture and Local Development*. Paris:OCD. 2005.
- PICART, Toni Puig. Vamos Gerir a Cultura da Cidade com os Cidadãos. In JAUME, Trilla (coord.). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, p. 301-316.
- PINTO, J. M. e PORTUGALI, B. *Pontes de partida. Reflexões sobre um projecto de democratização cultural em meio escolar*. Porto: Afrontamento. 2001.
- PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, January 1995, p. 65-78.
- SANTOS, Domingos. A perspectiva territorialista., In COSTA, José Silva e NIJKAMP, Peter (coords.). *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, 2009, p. 218-229.
- SANTOS, Domingos. "Dos modelos de desenvolvimento local aos projectos de animação cultural: conceitos, dimensões e desafios. Comunicação apresentada nas I Jornadas de Animação Cultural: que Desafios?. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, 7-8 de Abril de 2011.
- SANTOS, Helena. A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2003, 67, p. 75-97.
- SANTOS SILVA, Augusto. Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa. *Revista do Observatório das Actividades Culturais*, 2003, 12, p.10-20.

SANTOS SILVA, Augusto. Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Prática*, 2007, 54, p.11.-33.

TEIXEIRA LOPES, João. Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. *Saber & Educar*, 2009, 14, p.1-14.

TELMO GOMES, Rui e LOURENÇO, Vanda. *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos Serviços Educativos em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. 2009.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, 2007, 11, p. 183-210.